TL 7488

PORTUGAL FACE À QUESTÃO DE TIMOR-LESTE

Nos últimos meses (nomeadamente desde a reunião dos Comités em Nova Iorque, Agosto/86) houve alguns acontecimentos significativos que é importante ter em conta na nossa análise e tentar acompanhar durante todo este ano.

Subjectivamente, sente-se que Timor-Leste se começa a tornar, finalmente, numa verdadeira "questão nacional" em Portugal e num sentido mais positivo: por um lado, os fantasmas do passado de 74/75 relativo ao abandono de Timor-Leste e que punham em causa e à defesa todos os quadrantes políticos (a Indonésia tem explorado este tema o mais que pode) parecem ter menos peso, libertando os políticos de complexos de culpa nacionais, medo de se verem atacados, etc.; por outro lado, existe menos o sentimento dos "coitadinhos" sobrepondo-se-lhe a admiração pela capacidade de resistência durante estes longos anos (nos meios políticos, a figura de Xanana Gusmão tem provocado algum impacto, sobretudo depois da entrevista por ele concedida aos órgãos de informação portugueses e publicada em Julho/86); finalmente, nenhum político ou sector político ousa negar publicamente o direito à autodeterminação nem a existência da Resistência e da luta armada e a sua legitimidade.

Para além da unanimidade aparente há no entanto, diversas posições: alguns sectores tentam manter vivo o sentimento dos "coitadinhos", virando-se para iniciativas caridosas em socorro dos refugiados timores em Portugal, agora com o apoio de grandes empresas, e dos aspirantes à restauração monárquica no país (sem qualquer peso político no contexto actual) - é, por exemplo, a acção "Timor 1987 - Vamos Ajudar"; outros sectores procuram encontrar saídas para a "autodeterminação" de acordo com os interesses indonésios - caso da missão do deputado Miguel Anacoreta Correia, ou do MNE, ao propôr colocar uma questão ao povo de Timor-Leste no contexto das eleições gerais indonésias. Continua a não haver nenhum sector político que defina uma política clara e coerente, que tome a iniciativa, que considere de facto o povo de Timor-Leste e os seus interlocutores no processo. Estamos na fase das palavras, ainda não na dos actos.

1. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Constitucionalmente, cabe ao Presidente da República e ao Governo definirem,em conjunto, a política do Estado para Timor-Leste. Ao contrário do que acontecia quando era 1º Ministro, Mário Soares parece não perder uma ocasião para se referir a Timor-Leste. Depois da sua intervenção no Parlamento Europeu (Estrasburgo, Julho/86), fez contactos com o Presidente F. Mitterrand, antes e depois da sua visita à Indonésia; com a Srª Tactcher, enquanto presidente da CEE; com os reis da Suécia e com o Presidente da Venezuela, aquando das respectivas visitas a Portugal; com os Presidentes de S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde na ocasião da sua primeira visita oficial ao

estrangeiro (a questão de Timor-Leste veio mencionada nos comunicados finais resultantes da visita de Estado); na sessão de cumprimentos ao corpo diplomático, no final do ano. Nesta última circunstância, Mário Soares enunciou as três grandes questões nacionais: CEE, Macau e Timor-Leste. Recorde-se que enquanto Presidente da República, ele convocou já em Julho de 1986 um Conselho de Estado (órgão consultivo) para tratar exclusivamente da questão de Timor-Leste.

2. GOVERNO

Aquando da sua visita aos Estados Unidos (Setembro/86) a imprensa portuguesa noticiou com destaque uma declaração do 1º Ministro Cavaco Silva segundo a qual "Timor-Leste era um caso consumado". A notícia provocou escândalo, motivou uma reafirmação oficial da política portuguesa para Timor-Leste por parte da Presidência da República e obrigou o 1º Ministro a desfazer o equívoco perante Mário Soares e depois perante a imprensa. Em Outubro, Cavaco Silva concedia uma longa entrevista à revista francesa "Politique Internationale" na qual abordava a questão de Timor-Leste e dizia, nomeadamente: "A população de Timor-Leste tem direito à autodeterminação" e garantiu que "Portugal bater-se-á para que tal direito seja reconhecido".

O MNE não parece interessar-se muito pelo caso e tem antecedentes pouco favoráveis: é "expert" nos assuntos petrolíferos, um homem pragmático e essencialmente tecnocrata. Tentou, em Junho-Julho, convencer a Comissão parlamentar para Timor-Leste de que seria uma boa saída a da "pergunta ao povo de Timor-Leste aquando das eleições indonésias" e apostou nessa via. Mas na Assembleia Geral da ONU reafirmou o direito à autodeterminação do povo timorense e que este direito é um princípio fundamental para Portugal e que a preservação da herança cultural , liberdades e direitos são "um compromisso para Portugal".

Segundo informações da FRETILIN, as negociações estarão num impasse, depois de terem estado à beira da ruptura. Em Outubro, Portugal teria insistido na sua proposta, perante a recusa obstinada da Indonésia. Esta quereria apenas a presença de uma delegação da ONU para avalizar do grau de aceitação da integração a partir do grau de participação dos timorenses nas eleições gerais (marcadas para 23 de Abril/87). Portugal não aceitou esta proposta, continuando a insistir na sua. Perante o impasse, Cavaco Silva teria enviado um telex ao embaixador português em Nova Iorque, no sentido do abandono das negociações. Ramos Horta teria então estudado com o embaixador uma proposta alternativa, com o objectivo de não deixar as mãos livres à Indonésia (depois desta ter aceite participar nas negociações, sob os auspícios do Secretário Geral da ONU e ao abrigo da Resolução 37/30). Neste contexto, a proposta feita por Portugal teria sido: que as Nações Unidas enviassem uma delegação a Timor-Leste, antes das eleições gerais, da qual participasse também um elemento com credibilidade perante as forças da Resistência (eventualmente, o próprio Ramos Horta) e cujos objectivos seria o de contactar com as partes envolvidas no conflito de modo a preparar as condições que possibilitassem a realização de eleições credíveis.
Até ao momento, a Indonésia não teria dado qualquer resposta. Também não foi possível à CDPM confirmar esta versão através de outras fontes.

Ao nível da acção diplomática a posição oficial portuguesa parece afirmar-se agora com mais clareza. Foi o caso da recusa da participação na reunião da CEE/ASEAN, em Jacarta, comunicada por Mário Soares à Sra. Tactcher e o caso da atitude do embaixador português em quando foi convidado a participar numa sessão, no quadro da CEE, e na qual, estava também o embaixador indonésio - quando este começou o seu discurso, o diplomata português saiu da sala (2ª quinzena de Outubro). Segundo alguns observadores, esta situação

teria sido provocada "para demonstrar que não há nenhum diferendo entre os dois países", já que a recusa portuguesa em ir a Jacarta tinha dado origem a uma série de protestos e pressões sobre o governo de Lisboa, por parte mesmo dos países da Comunidade.

No campo dos personagens com mais intervenção diplomática na questão houve também algumas mudanças favoráveis. Tanto o embaixador junto das Nações Unidas (que chefia a delegação portuguesa às negociações) como o embaixador junto das Organizações Internacionais parecem ser mais sensíveis, maos dialogantes e mais bem informados. O embaixador em Nova Iorque é o Dr. Matos Proença e o embaixador em Genebra é o Dr. António da Costa Lobo. No Ministério dos Negócios Estrangeiros o diplomata especialmente encarregado da questão de Timor-Leste (Dr. Queirós de Barros) foi nomeado para outro cargo e quem agora trabalha no "dossier" (provisoriamente, cremos) é o Dr. António Valente, dierctor de serviços do Departamento Ásia/Oceânia. Embora mais jovem, o perfil é semelhante ao dos acima citados.

3. PARLAMENTO (Assembleia da República)

O Parlamento tem sido a instituição mais activa. Existe desde há anos uma Comissão para Timor-Leste (Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste) onde estão representados todos os partidos políticos com assento parlamentar. Finalmente há alguns deputados que se "especializam" na questão de Timor-Leste. A Comissão fez aprovar, em 1986, por unanimidade, dois votos sobre Timor-Leste (17 de Julho e 7 de Dezembro). Elaborou e divulgou (Dezembro 86) um relatório bastante bom sobre a questão, que vai ser traduzido em várias línguas, para utilização dos parlamentares e diplomatas portugueses e outras instituições interessadas. A Comissão projecta realizar em 1987 (antes das eleições indonésias, de preferência) uma Conferência de Parlamentares sobre Timor-Leste, em Lisboa.

Os deputados portugueses no Parlamento Europeu tiveram também uma acção positiva aquando da proposta de resolução em Julho. Há cerca de quinze dias foi-lhes pedida, pela CDPM, uma acção urgente a propósito dos quatro estudantes timores que, em Jacarta, esperam os vistos indonésios para serem repatriados para Portugal. A Comissão parlamentar pensa também apoiar a criação, a nível do Parlamento Europeu, de um grupo de parlamentares sobre Timor-Leste. Uma acção interessante foi também desenvolvida na 76ª Conferência da União Interparlamentar (Buenos Aires, Outubro/86). Duas intervenções de deputados portugueses sobre Timor-Leste motivaram uma conferência de imprensa da delegação indonésia à qual a delegação portuguesa respondeu muito bem numa outra conferência de imprensa.

A atitude mais activa e empenhada da Comissão parlamentar reflecte também uma maior disponibilidade dos partidos políticos para a questão. A CDPM elaborou um documento de análise e proposta política , que discutiu com os partidos políticos (cf.FUNU nº15,pág.10). Três factos novos este ano: a criação de um novo partido (Partido Renovador Democrático - PRD -) cujo presidente é, desde Outubro passado, o ex-Presidente da República, General Ramalho Eanes; mudança de liderança do Partido Socialista; a acção do Centro Democrático Social (CDS), de que um dos vice-presidentes é o deputado Miguel Anacoreta Correia.

A visita a Timor-Leste do deputado Anacoreta Correia não teve, parece-nos, o efeito desejado. Embora não seja fácil ter uma idéia completa da iniciativa, a intenção política fundamental seria a de encontrar um caminho que permitisse a progressiva normalização das relações entre Portugal e a Indonésia e a aceitação, a prazo, e a troco da preservação da cultura portuguesa em Timor-Leste, do facto

consumado.
Do ponto de vista de Murdani, que autorizou (ou patrocinou?) a viagem, o objectivo seria o de promover um "opinion maker" que conseguisse desfazer a unanimidade portuguesa sobre a questão e fizesse a ponte, extra-oficialmente, com as autoridades de Lisboa.
A. Correia propunha-se desempenhar um papel de "intermediário" e para isso deveria jogar, simultaneamente, em dois tabuleiros: o português e o indonésio. O seu relatório, astucioso, pretendeu assim, servir as necessidades da diplomacia indonésia (que já se serviu dele por diversas vezes), não incorrendo no risco de uma rejeição da parte portuguesa. Na realidade, pressionado quer pelos seus colegas depitados, quer pelo ambiente político de maior clareza criado à volta da questão de Timor-Leste, quer pelos acontecimentos posteriores em Timor-Leste que vieram desmentir o clima de acalmia de que se fazia eco no relatório, A. Correia foi acentuando nas suas declarações públicas o sua crítica à situação e ao regime indonésio. o 2º relatório, o "de análise política", que a certa altura prometera, não apareceu. E pensamos que as condições para que pudesse servir de intermediário deixaram, pelo menos temporariamente, de existir.

SUGESTÕES DE ACÇÕES A DESENVOLVER

Tendo em conta a situação que tentámos caracterizar, em linhas gerais, cremos que em 1987

- o Estado português vai ser particularmente posto à prova a propósito das eleições indonésias e da continuação das negociações. É pois necessário apoiar as iniciativas correctas e exigir progressivamente maior clareza e firmeza.

. Será importante provocar a definição pública de uma posição inequívoca quanto às eleições gerais indonésias de Abril de 1987 e levar os órgãos de soberania a reconhecer explicitamente como interlocutores a FRETILIN e a UDT.

. Do mesmo modo se deve apoiar o pedido que Portugal apresentou aos governos membros da Comunidade.

. A Assembleia da República está disposta a alnçar iniciativas importantes, mas conta com obstáculos colocados pelo Governo quanto à sua oportunidade política.

. É pois necessário incrementar os contactos do Parlamento com os deputados de outros países sensíveis à questão de Timor-Leste, nomeadamente ao nível do Parlamento Europeu, mas não só.
Neste sentido sugere-se , concretamente, que os grupos de solidariedade:

1. Dêm conhecimento ao Presidente da República, ao Governo e ao Parlamento de Portugal, de todas as iniciativas com significado (enviar também cópias à CDPM, para garantir o acesso à imprensa).

2. Enviem ao Governo (Dr. António Valente) e à Comissão Parlamentar todas as publicações directamente relacionadas com Timor-Leste.

3. No caso dos Estados Unidos e da Suíça, nomeadamente a propósito do processo negocial ou da Comissão de Direitos Humanos, contactem os respectivos embaixadores portugueses
(Nova Iorque- Dr. Matos Proença)
(Genebra- Dr. António da Costa Lobo)

4. Contactem também os embaixadores portugueses em cada país a propósito de situações ou informações significativas.

5. Peçam nestas embaixadas o Relatório elaborado pela Comissão Eventual para Timor-Leste, atrás mencionado.

6. Façam chegar a esta Comissão uma apreciação sobre o Relatório, o apreço e a esperança na acção empreendida, sugestões de iniciativas e/ou contactos.

7. Enviem para a CDPM (enquanto a Comissão Parlamentar não tornar pública esta iniciativa), com urgência, indicações de parlamentares de todos os países que possam ser convidados a participar na Conferência de parlamentares sobre Timor-Leste.

8. Enviem também para a CDPM, com urgência, sugestões de contactos no Parlamento Europeu que possam ser úteis para a constituição do citado grupo de parlamentares sobre Timor-Leste.

ENDERÇOS ÚTEIS

Presidente da República
Dr. Mário Soares
Palácio de Belém
Praça Mouzinho de Albuquerque
1300 Lisboa

1º Ministro
Dr. Cavaco Silva
Rua Professor Gomes Teixeira
1300 Lisboa

Ministro dos Negócios Estrangeiros
Dr. Pires de Miranda
Largo do Rilvas
1300 Lisboa

Dr. António Valente
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Largo do Rilvas
1300 Lisboa

Presidente da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste
Dr. Vítor Crespo
Assembleia da República
Largo das Cortes
1300 Lisboa

Dr. António da Costa Lobo
Missão Portuguesa junto das Organizações Internacionais

Dr. Matos Proença
Embaixador de Portugal em Nova Iorque